

Política

REGIMENTO

No fim de semana, as lideranças do Centrão, das facções de esquerda e da Mesa da Constituinte praticamente acertaram o novo regimento. Assim, vai ser possível passar logo à votação em plenário.

O acordo pode sair ainda hoje

Freitas
Nobre
O acordo salva
dos dois lados

O acordo está praticamente concluído entre os conservadores do chamado Centro Democrático e o grupo progressista. Eles se confrontaram num impasse, pois nenhum dos dois alcançaria os 280 votos para qualquer texto, exceção feita a alguns pontos de interesse comum dos parlamentares, como, por exemplo, o da apresentação de emendas e destaques em plenário. Nessa hipótese, praticamente todos os constituintes estão interessados, porque pretendem reviver algumas de suas emendas que não chegaram a ser objeto de exame da Comissão de Sistematização em virtude do decurso de prazo adotado, ao considerar aprovado o texto que não fora votado no período do organograma.

Os conservadores agiram com sensibilidade ao obter a assinatura dos constituintes desgostosos com a comissão e, com isso, promover a reforma do regimento.

Com base em 313 assinaturas puderam agir de forma hábil, influenciando psicologicamente não apenas dentro do próprio quadro legislativo, como externamente, inclusive junto aos meios de comunicação de massa.

As reuniões-almoço de ontem e anteontem, em Brasília, nas residências de Ulysses Guimarães e Renato Archer, convergiram para um entendimento que deverá atender os interesses dos dois grupos.

Quanto aos progressistas, o acordo vai livrar vários deles de certos constrangimentos, pois enquanto reafirmavam suas posições de campanha e de compromissos nas assembleias de trabalhadores, assumiam com empresários a garantia de modificar em plenário os itens relativos à estabilidade, à jornada de trabalho, à hora-extra em dobro.

Com o acordo, podem confessar aos trabalhadores que cederam em razão da maioria, amarrando al-

guns pontos como os relativos ao direito de greve e à política de saúde. E ninguém poderá contestá-los nessa nova posição.

Os conservadores solidificarão pontos que acreditavam equilibrados na votação e atenderão não simplesmente aos seus alegados ou legítimos princípios, mas, também, à expectativa da classe empresarial que os acompanha e fiscaliza.

Nos entendimentos, um instrumento muito utilizado foi o de remeter à legislação ordinária determinados pontos que impediam o andamento dos trabalhos, como, por exemplo, o relativo ao processo judicial de desapropriação.

O cálculo para o acordo é o da apresentação de cerca de 25 emendas ao projeto, alcançando, especialmente, o capítulo II do título II, o capítulo I do título III, o capítulo I do título VII e o capítulo II, seção I, do título VIII. Essas emendas resultantes do acordo tratam dos direitos sociais, dos bens da União, inclusive do subsolo, da Ordem Econômica e da Ordem Social e deverão ir para plenário com as modificações já delimitadas no entendimento prévio.

Todavia, ele não exclui o direito de parlamentares, isoladamente, apresentarem emendas à Mesa, adotado o critério de que as do acordo irão subscritas por lideranças dos dois grupos, a fim de identificá-las na votação.

Embora fixada a votação, em princípio, para quarta-feira, as lideranças dos dois grupos estão tendentes a aceitar a proposta do presidente Ulysses Guimarães de antecipá-la para amanhã.

As quatro emendas e os seis destaques de parlamentares não obrigam os dois grupos à sua aceitação, mas apenas significam que a pretensão dos 313 constituintes que subscreveram o pedido de alteração do regimento surtiu efeito.

A preocupação de alguns é,



As esperanças de Antônio Brito (à esquerda): com as reuniões nas casas de Ulysses e de Renato Archer, a Constituição pode sair em 60 dias.

também, a de revidar, tendo o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, declarado que "quem apanhou antes, tem que dar, agora".

Modificado o regimento — matéria já pacífica no acordo — restam ainda alguns pontos polêmicos.

Mas dois deles precisam ser definidos claramente: o sistema de governo e o período do mandato presidencial.

Nesses dois pontos não está ex-

cluída a votação de disputa, pois a tendência do acordo ainda não se fixou na conclusão viável para o corpo constituinte: presidencialismo com quatro anos e parlamentarismo depois, ou parlamentarismo agora, com cinco anos de mandato.

Um fato é, no entanto, evidente: todos estão com pressa, pois o retardamento da aprovação do texto constitucional estimula agitações e apetites, alguns deles saudosistas.

Se for possível bater o martelo ao longo desta segunda-feira, a votação do projeto de decisão que altera o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte poderá ser antecipada de quarta-feira à tarde para amanhã à noite. Essa perspectiva foi transmitida ontem pelo deputado Antônio Brito (PMDB-RS), um dos 12 participantes da reunião realizada na manhã de um domingo chuvoso, com o objetivo de selar um acordo para conciliar as posições da Mesa Diretora da Constituinte, do Centrão e das facções de esquerda. A reunião foi na residência do ministro Renato Archer, com a presença do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Segundo contou Antônio Brito, conclui-se que o entendimento entre as diversas correntes é mais do que nunca indispensável, para evitar um impasse não só nas votações das modificações do regimento como do próprio texto da futura Constituição.

Ir para o plenário sem esse entendimento tornaria muito difícil a votação do texto constitucional e, em consequência, estaria completamente fora de cogitação qualquer tipo de aceleração nos trabalhos, para que a futura Carta seja votada o quanto antes.

O entendimento, que depende das outras reuniões programadas para hoje, abriria campo também para o otimismo, como o do deputado Antônio Brito, que deixou a reunião de ontem na residência do ministro Archer convicto de que, com um acordo agora, bastariam mais uns 40 a 60 dias para encerrar a tarefa da Constituinte.

Os Problemas

O que se buscou, no encontro de ontem, foi uma fórmula para afastar o impasse, considerado iminente. E, embora sejam problemáticos alguns pontos, o mais importante não fica tanto por conta da votação das alterações regimentais, mas sim da forma para o exame do projeto de Constituição.

Por exemplo, o Centrão pretende — e assim diz seu substitutivo — que as emendas a serem propostas pelos constituintes sejam votadas antes do principal, isto é, do próprio projeto do relator Bernardo Cabral. Essa fórmula é pelo menos inusitada na história do Legislativo e fere, por isso, não apenas a

tradição parlamentar, como até o bom senso. É o deputado Antônio Brito quem explica: "Suponha-se que uma emenda, sendo votada antes do substitutivo, venha a ser aprovada para, em seguida, ocorrer uma eventual rejeição do dispositivo a que se refere. Como seria solucionado o problema?"

Segundo ainda informações de Antônio Brito, o problema do número de emendas a ser permitido a cada constituinte já não significa nenhum empecilho. Podem ser três ou quatro emendas, o que será definido pacificamente.

Da reunião de ontem participaram, além de Ulysses Guimarães, o relator Bernardo Cabral, o ministro Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) e os deputados Antônio Gaspar, Cid Carvalho, Egdio Ferreira Lima, Pimenta da Veiga, Fernando Bezerra, Antônio Brito e Nelson Jobim.

O relator Bernardo Cabral, único a conversar rapidamente com os jornalistas, à saída, comentou que realmente existem boas possibilidades de entendimento em torno das alterações do regimento interno, através da conciliação das duas propostas. "Não podemos comprometer o andamento dos trabalhos da Constituinte nem alimentar divergências, senão resolvê-las pelo diálogo", observou Cabral.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, conversou na manhã de ontem com o presidente Ulysses Guimarães, em sua residência oficial, e saiu também convencido do acordo, antecipando que a solução final poderá ser conhecida ainda hoje, numa versão intermediária e negociada entre a proposta da Mesa e do Centrão.

Quando estiver votado e aprovado pela Constituinte o seu novo regimento, produto das alterações propostas pelo Centro, o plenário poderá iniciar as votações do projeto de Constituição. No entanto aí serão abertos prazos para as emendas, publicação de avulsos e sua leitura. E é pouco provável, assim, que o exame do texto tenha início antes do dia 10, uma data muito próxima do Natal e do período em que poderá ocorrer um pequeno recesso para as comemorações de final de ano. Se o recesso se confirmar, as votações sofrerão um inevitável atraso. Na prática, só começará no novo ano, depois do dia 5.